



O IMPACTO AMBIENTAL DA CERÂMICA VERMELHA NO NORTE DO PARANÁ¹

Roberto MASSEI
CCHE/UENP Jacarezinho – DICH/UFSC (PosDoc)
email: rmassei@uenp.edu.br
Marcos MONTYSUMA – DICH/UFSC (Tutor)
mmontysuma@gmail.com

Introdução

Neste texto nos propomos discutir as questões relativas às fábricas de tijolos e telha no Norte do Paraná, principalmente o impacto que essa atividade, a cerâmica vermelha, provocou no ambiente nessa região do estado. Procuramos estender o olhar para as outras quatro regiões produtoras de artefatos cerâmicos do Estado. As fontes são compostas por documentos oficiais e extraoficiais e depoimentos de pessoas envolvidas direta e indiretamente na atividade. Objetivamos, portanto, entender historicamente o impacto ambiental que a extração de argila, o corte de lenha e todo o processo produtivo dessa atividade provocou – e ainda tem provocado – no norte do Paraná em suas várias dimensões. Este trabalho norteia-se pela preocupação que se deve ter ao se construir uma História Ambiental destacando o papel da natureza na vida humana e das transformações impostas pelo homem por meio de suas técnicas e tecnologias.

As fábricas de tijolos, blocos cerâmicos e telhas – a cerâmica vermelha ou estrutural – estão presentes na maioria das cidades do norte do Paraná. Além disso, têm sido importantes para a economia de mais quatro regiões e de muitos municípios do estado. Há indícios de que a atividade remonta ao início do século passado. Nesse sentido, é preciso compreender historicamente como se deu a formação dessa atividade, como eram e são suas técnicas/tecnologias de produção e que tipo de impacto produziu/produz ao ambiente no qual está inserida. Após consulta e análise preliminar a uma parte da documentação produzida pelas agências oficiais do Estado – alguns relatórios e papers elaborados pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Social (IPARDES) e MINEROPAR (Minerais do Paraná e depois Serviços Geológicos do Paraná), observei que a cerâmica vermelha é uma atividade

¹ Este texto é uma discussão preliminar de pesquisa realizada para o projeto de pós-doutorado desenvolvido no PPGICH/CCHF/UFSC, com supervisão do professor doutor Marcos Montysuma.

importante para o estado, levando-o inclusive a propor programas para o desenvolvimento do setor.

A cerâmica vermelha agride de modo irrecuperável o ambiente biofísico. Por extrair barro, sobretudo das margens dos rios, ela altera seus ecossistemas e a paisagem como um todo. Ao utilizar-se da lenha como combustível para produzir calor nos fornos ela provocou/provoca desmatamento em reservas florestais remanescentes no estado, algumas delas pertencentes ao resto de Mata Atlântica existente. Esses dois impactos são os de maior visibilidade.

Além do dano ao ambiente biofísico, ela certamente provoca danos à saúde da população diretamente envolvida na produção e dos moradores das cidades onde elas estão presentes. Há emissão de gases tóxicos e particulados decorrentes da queima do material cerâmico. Em algumas cidades do “Norte Pioneiro”, por exemplo, um território incrustado no norte do Estado, doenças respiratórias têm um índice importante de internação. Segundo pesquisadores na área da saúde, um dos principais motivadores para doenças desse tipo é a queima da cana-de-açúcar, que produz palha e fuligem. Embora presente em quase toda a região, essa atividade econômica não é a mais importante na maioria dos municípios desse território. Das 28 cidades que o compõem, apenas dez têm plantação de cana, ou seja, pouco mais de 35%. Nas três com maior índice de internação por doenças respiratórias não há plantação de cana.

Este artigo ressaltará, em suas considerações finais, uma análise parcial do material documental encontrado sobre o processo de produção da atividade cerâmica, em seus vários aspectos, e o impacto ambiental que ela produziu e ainda produz no norte do Paraná, sobretudo na segunda metade do século XX. Procurei, ao longo do texto, não perder de vista as outras regiões produtoras de cerâmica vermelha no estado e os efeitos provocados no ambiente físico e em seu bioma, bem como o modo como se dá a fiscalização e o controle da extração e a transformação e/ou uso dos recursos naturais, especialmente argila (barro) e madeira (lenha).

Fundamentação/Justificativa

A cerâmica vermelha é uma atividade industrial com algumas peculiaridades. Ela talvez deva ser estudada a partir de uma análise da industrialização brasileira, porém, levando em consideração procedimentos e práticas advindas de experiências e modos de fazer

transmitidos de uma geração a outra. Ao estudar a mecanização das olarias – fábricas de telhas, tijolos, blocos e manilhas, a **cerâmica vermelha** – nas cidades de Ourinhos e Barra Bonita, no estado de São Paulo, notei que, nestas duas regiões, há processos técnicos semelhantes na extração da argila e na sua transformação em artefato cerâmico. (MASSEI, 2001; 2007, passim) Alguns aspectos ressaltaram a existência de diferentes temporalidades na sua produção, conforme aponta José de Souza Martins em **A sociabilidade do homem simples**. (2000, p. 18; 120) A mecanização da cerâmica vermelha pode ter possibilitado a coexistência de elementos atribuídos à **modernização** da produção e outros baseados na experiência do trabalho manual e práticas e costumes passados de geração a geração; sem que, no entanto, tenham permanecido incólumes. (WILLIAMS, 1979, p. 118)

Segundo José de Souza Martins, as primeiras olarias, no Brasil, estavam localizadas em fazendas e a produção de telhas e tijolos voltava-se para a construção de casas e barracões para abrigar colonos e maquinários. Normalmente, colonos encarregavam-se da produção daqueles artefatos para consumo interno. (MARTINS, 1973, p. 155-6) Até a década de 1970, aproximadamente, as pessoas envolvidas na atividade cerâmica estiveram subordinadas à fazenda, com um jeito meio **rústico** de viver. (CANDIDO, 1964, p. 7)

De todo modo, há uma cultura material que pode ser identificada nos seus instrumentos de trabalho, no uso de técnicas próprias para a retirada da matéria-prima e sua transformação, na residência próxima ou no terreno da fábrica e no cultivo de víveres para a subsistência, entre outros aspectos. Em suma, na constituição de um modo de vida no qual podem ser observadas características que foram trazidas do campo e que, a princípio, são mantidas na convivência com trabalhadores urbanos, de outros setores da economia e com a população da cidade.

O Paraná possui uma divisão oficial definida política e geograficamente. Porém, existe uma outra divisão, simbólica: o **Norte Pioneiro**, cujas cidades foram surgindo em decorrência da expansão cafeeira; e o **Norte Novo**, resultado dos empreendimentos realizados pelas Companhias de Colonização. (TOMAZI, 2000, p. 105-120; PAULA, 2005, p. 285-289) No primeiro caso, o resultado do avanço da franja cafeeira foi a devastação de parte importante da Mata Atlântica. Além disso, no segundo ocorreu uma ação especulativa que promoveu ganhos muito expressivos para os empreendedores nela envolvidos, capitalistas ingleses em sua maioria. (MONBEIG, 1984, p. 196)

No Paraná destacam-se cinco regiões produtoras de artefatos cerâmicos. A do Médio-Baixo [Rio] Ivaí abrange dez municípios e cerca de 60 empresas. A Costa-Oeste possui 25 municípios e 82 empresas. A região do Eixo Prudentópolis-Imbituva abrange sete municípios e 76 empresas. O “Norte Pioneiro” engloba 28 municípios e 93 empresas. Trata-se de uma área aproximada de dez mil e quinhentos quilômetros quadrados. Há, ainda, a Região Metropolitana de Curitiba, cujo número de cerâmicas e olarias é expressivo ainda hoje. (MINEROPAR, 1997, p. 6) Em praticamente todas as cidades do Norte – principalmente do “Norte Pioneiro” – do Paraná podem ser vistas olarias e cerâmicas. Hoje, a quantidade dessas fábricas diminuiu bastante, em decorrência da dificuldade de se obter matéria-prima, o barro, e combustível, a lenha.

A degradação ambiental provocada pela mineração é o resultado de uma ação que na maioria das vezes não é devidamente fiscalizada pelo Estado, embora haja um mapeamento de todo o impacto. Isso gera um passivo ambiental que dificilmente será equacionado nas próximas décadas. O Estado não controla de modo efetivo e nem sempre ocorre ação reparadora ou a recuperação da área degradada. Por essa razão, as áreas atingidas serão cada vez mais degradadas; o processo “natural” – chuva, erosão etc. – tende a ampliar o impacto ambiental iniciado com a atividade extrativa. Com relação aos impactos ambientais, eles podem ser observados nas várzeas dos rios que compõem a Bacia do Paranapanema, nos barrancos e nas matas, cujas árvores serviram – e servem, de algum modo – para alimentar os fornos das cerâmicas.

Considerações teórico-metodológicas

A pesquisa tem utilizado fontes escritas e orais. Segundo Joan Garrido, “o uso das fontes orais nos permite um aprofundamento da história de grupos sociais que, por razões diversas, estiveram marginalizados ou quase ausentes das fontes documentais escritas [...]” (Set. 92/Ago. 93, p. 93; 43) As entrevistas e os depoimentos são modos privilegiados para obtermos informações de populações que não se expressaram – ou não conseguiram fazê-lo – por meio de documentos escritos. (MONTENEGRO, 1993, p. 10)

A História Oral tem um caráter inovador por pelo menos dois motivos. O primeiro são seus objetos, já que atribui atenção particular aos dominados, àqueles considerados **excluídos** da história. Preocupar-se-ia, enfim, com o cotidiano e a vida privada, essenciais para o estudo da Cultura Material. Em segundo lugar, ela é

inovadora por suas abordagens, que dão preferência a uma ‘história vista de baixo’, atenta às maneiras de ver e de sentir, e que às estruturas ‘objetivas’ e às determinações coletivas prefere as visões subjetivas e os percursos individuais, numa perspectiva decididamente ‘micro-histórica’. (AMADO; FERREIRA, 1996, p. 4)

O historiador deve fazer a crítica das fontes documentais. (LE ROY LADURIE, 1997, p. 12) Nenhum documento é neutro, confiável em absoluto. Os depoimentos e as evidências orais, como qualquer outra fonte, precisam ser analisados e interpretados historicamente. As fontes orais devem ser articuladas às outras fontes documentais “tradicional” do trabalho historiográfico. Logo, não se pode limitar a um único método e a uma técnica, mas complementá-las e torná-las mais complexas e ricas. O historiador deve, enfim, explicitar sua perspectiva teórico-metodológica da análise histórica e estar aberto ao contato e ao diálogo com outras disciplinas. (AMADO; FERREIRA, 1996, p. 22)

Os depoimentos são fontes muito importantes, que, combinadas com documentos escritos, permitem compor uma [História da] Cultura Material. A fonte oral possibilita recuperar e dimensionar a **experiência** de homens e mulheres. Ela permite entrar pelo cotidiano e pela vida privada, o que os documentos escritos não conseguem, nem têm interesse em fazer, pois às vezes ficam restritos aos relatos oficiais. Elas são indispensáveis para se [re]constituir **acultura material** e construir uma História Ambiental.

A **experiência**, para Edward Thompson, é construída no espaço da vida cotidiana, como uma resposta mental e emocional, de um indivíduo ou grupo social, a acontecimentos inter-relacionados. Cultura, para Raymond Williams, pode ser entendida como **modos de viver** e difere, portanto, de cultura erudita, que pode universalizar o pensamento e ocultar as diferenças. A **experiência** permite compreender que a cultura é produto de relações sociais, sempre conflituosas e tensas. Historicamente, existem **culturas**. Elas estão presentes na forma como as pessoas se relacionam entre elas mesmas, com a natureza e com tudo o que constroem ao longo do tempo. **Experiência** é um conceito fundamental para o estudo e a compreensão da cultura material. Por meio dela, o homem transforma o ambiente e constrói sua vida material e imaterial. (THOMPSON, 1998, p. 13-24; WILLIAMS, 1976, p. 17-26; 2007, p. 171-175).

As experiências vivenciadas pelos trabalhadores oleiros, as práticas de seu cotidiano e seu mundo e sua cultura material, especialmente, são entendidas, aqui, conforme o que propõe Edward Thompson. Para ele,

a ‘experiência’ foi gerada [...] na ‘**vida material**’ [...], [isto é], o ‘ser social’ determinou a ‘consciência social’. [...] **[A]s pessoas não experimentam suas próprias experiências apenas como idéias**, no âmbito do pensamento e de seus procedimentos, ou [...] como instinto proletário etc., **elas também experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades**, como valores ou [...] na arte ou nas convicções religiosas. (THOMPSON, 1981, p. 189; grifo do autor)

São as experiências e práticas de tais trabalhadores que permitem recuperar todo o trabalho manual e mecanizado (extração e transformação da argila) e todo o seu modo de viver. Gestos, atitudes, procedimentos e a forma de uso de determinados utensílios e instrumentos constituem elementos importantes para o estudo da cultura material.

Diante disso, a compreensão da **historicidade** da técnica e da cultura material é fundamental para este trabalho. Ou seja,

toda técnica inclui história. Na realidade, **toda técnica é história embutida.** Através dos objetos, a técnica é história no momento de sua criação e no de sua instalação e revela o encontro, em cada lugar, das condições históricas [...] que permitiram a chegada desses objetos e presidiram à sua operação. **A técnica é tempo congelado e revela uma história.** (SANTOS, 1996, p. 40; grifo meu)

A cultura material é constituída “pelos ‘meios de produção [e], ao mesmo tempo, pelos meios de trabalho, os objetos manufaturados, as forças produtivas e os produtos materiais utilizados pelos homens.” Basicamente, são elementos desse domínio: “os meios de trabalho (homem, ferramentas); o objeto do trabalho (riquezas materiais, matérias-primas); a **experiência** do homem na produção (técnicas); a utilização dos produtos materiais (consumo).” (BAUCAILLE; PESEZ, 1986, p. 31, grifo do autor; PESEZ, 1990, p. 184-188)

Desse modo, a natureza, o homem e o resultado de sua relação com a natureza (a produção), os objetos, constituem-se elementos fundamentais da cultura material. Ela “é feita de objetos técnicos, de utensílios, dos gestos da maioria dos homens: só ela absorve os seus atos e os seus pensamentos. [...]” Em síntese, “a vida material é constituída pelos homens e

pelas coisas, pelas coisas e pelos homens”. (BRAUDEL, 1995. Apud BAUCAILLE; PESEZ, 1986, p. 28) Há um híbrido de homem e objetos, de sociedade e técnica.

Há uma relação estreita entre História Ambiental e Cultura Material, já que esta se expressa pela apropriação de um recurso natural e sua transformação em artefato, assim como as intervenções humanas que alteram o meio, a paisagem e a organização dos ecossistemas. A reflexão que venho fazendo há algum tempo parte da ideia de que a intersecção entre técnica e ambiente permite estudar e compreender as transformações que o homem imprime ao que se convencionou chamar de **natureza**. A **cultura material** é o resultado da apropriação dos recursos ditos naturais pelo homem e a transformação desses recursos em artefato **através** da técnica.

A História Ambiental perpassa todo o processo de apropriação/reapropriação, significação/ressignificação e transformação da natureza que resultou na constituição de toda a vida material. Portanto, uma história que tenha como objeto o ambiente deve promover uma discussão que mostre que ele surge da transformação do mundo material, natural ou não, **através** da técnica. Fazer ou construir uma História Ambiental é compor também uma História da Cultura Material.

No que diz respeito à documentação escrita deve-se fazer uma análise que privilegie a interpretação, isto é, **dissecar** o texto em suas várias formas. O texto representa uma “visão de mundo” de quem o elaborou. Uma fonte documental é indispensável. Entretanto, é preciso cuidado com as informações nela contidas. (GARRIDO, set. 92/ago. 93, p. 36; MONTENEGRO, 1993, p. 10; CARDOSO; VAINFAS, p. 375-399; ARÓSTEGUI, 2006, p. 419-458) A representação, ela mesma, não prescinde de um mundo material. Logo, é preciso lembrar que representar pressupõe um certo nível de materialidade, sem reduzi-la, todavia, a um elemento meramente econômico. A representação é uma construção social e, por conseguinte, histórica. Em suma, as fontes escritas e as orais possibilitam reconstituir todo o processo de transformação do barro e a construção do mundo material e imaterial de mulheres e homens vinculados à cerâmica vermelha no norte do estado do Paraná e em outras regiões. Com isso, foi possível compreender historicamente a exploração do solo e a apropriação/reapropriação, significação/ressignificação e transformação, pela sociedade, dos vários recursos naturais dele advindos.

Considerais finais

Em pesquisa realizada em seis diferentes regiões metropolitanas no Brasil, citada em documento da MINEROPAR, a mineração foi considerada por 26% dos entrevistados como a atividade mais agressiva e danosa ao ambiente. (MINEROPAR, 2001, p. 34) Dentre os minerais não-metálicos, categoria em que se encontra a argila, esta ocupa o terceiro lugar na quantidade de extração.

Com relação especificamente às alterações provocadas aos ecossistemas pela atividade mineradora e pelas ações humanas, três são as mais importantes: há um impacto inicial na biodiversidade e a fragmentação do hábitat de espécies ali presentes. O segundo, um desequilíbrio de espécies e a sua conexão com a estabilidade dos ecossistemas. Finalmente, há mudança significativa de espécies, incluindo estruturais e indicadoras. (ORTOLANO, 1997. Apud MINEROPAR, 2001, p. 60). A atividade humana pode provocar desequilíbrio nas espécies existentes, levando, em alguns casos, à extinção de algumas delas ou a introdução de grupos de animais, aves, peixes ou plantas que trazem consigo elementos de seus hábitats “originais” que podem causar danos irreversíveis ao ambiente no curto, médio e longo prazos. A atividade mineradora é, certamente, uma das que mais produz alterações no ambiente.

No que toca à argila, material usado pela indústria cerâmica vermelha, sua extração provoca danos aos rios, ao solo e às matas próximas às cidades onde essa atividade está presente. Em trabalho publicado em 2007 (passim), ressaltai o impacto provocado pela extração de argila em regiões vizinhas aos rios Tietê e Paranapanema no estado de São Paulo. Formaram-se inúmeras lagoas às margens desses dois rios em função da extração predatória de um tipo de matéria-prima considerada muito boa pelo mercado. Esse tipo de material é encontrado em depósito conhecido como **de banhado** ou **de várzea**.

Há outro tipo de depósito cuja extração não provoca menos prejuízo. No entanto, eles estão localizados em lugares menos visíveis, em reservas “escondidas” nas paisagens de regiões rurais. São as argilas residuais ou primárias, que não foram transportadas pelos rios e que se encontram em barrancos. Esse barro é conhecido por **taguá**. Muitas vezes distantes dos centros urbanos, de difícil acesso, exigem equipamentos mecânicos para extrair o barro. Por fim, há a argila branca, usada para a confecção de revestimentos cerâmicos, pisos e azulejos, porcelana e faiança. Os depósitos desse tipo de argila não são tão comuns quanto os de barro, facilmente encontrado nas várzeas ou nos barrancos. (MASSEI, 2007; MINEROPAR, 2001, p. 88)

No Estado do Paraná, de acordo com relatório da MINEROPAR (2001, p. 92), existem lavras de argila em pelo menos 50% dos municípios paranaenses (399 em 2001). Nem todos os produzem argila; a extração concentra-se em algumas regiões. Dez por cento dos municípios produzem 45% da quantidade total extraída. Formou-se um passivo ambiental em apenas um décimo dos municípios do estado, já que os que consomem o barro não têm a matéria-prima extraída de seu território. Os cinco maiores produtores do Estado respondem por quase 30% de toda a extração de argila do Paraná. (MINEROPAR, 2001, p. 92)

Há uma certa complacência do poder público com relação à atividade mineradora, sobretudo com a extração de argila, como se observou aqui em outro momento. Segundo o mesmo documento, o impacto provocado pela mineração de argila e os demais minerais usados na construção civil não seriam tão preocupantes. Eles seriam identificáveis de imediato e talvez quantificáveis. Isso não mascaria passivos que no futuro poderiam se transformar em “bombas ambientais”. (MINEROPAR, 2001, p. 97) Desconsidera-se que se trata de uma atividade com mais de um século de existência. A extração manual, ao longo de várias décadas, produziu um passivo ambiental que não tem como ser medido. Se não é uma “bomba ambiental” de imediato ela se torna ao se juntar às demais ações agressivas ao ambiente. É uma atividade que ofereceu e continua oferecendo sérios riscos aos rios, seus leitos e ecossistemas e, por extensão, à vida animal, humana e não humana.

A utilização consciente dos recursos disponíveis no meio natural – inclusive e sobretudo o solo – e a sustentabilidade passam obrigatoriamente pelo conhecimento e respeito da vontade da matéria e da natureza. Por isso mesmo, devem ser adotadas práticas que permitam a exploração do solo, a extração de argila, de lenha e a exploração de outras culturas que respeitem os conhecimentos passados de geração a geração. Elas podem promover, talvez, uma ação humana menos agressiva e predatória ao ambiente e aos ecossistemas, especialmente dos rios. É importante um debate sobre o uso sustentável do barro, no caso da atividade cerâmica, e a exploração responsável do solo, no caso de outras culturas. Finalmente, é preciso problematizar o sentido do desenvolvimento econômico a todo custo – sustentável para quem? – e mostrar que este sentido deve-se voltar para a sociedade. Não se pode destruir o que lhe dá suporte para a existência: o mundo natural e os recursos nele disponíveis.

Referências:

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). **Usos & Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1996.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo**. Séculos XV-XVIII. Tradução Telma Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1995 (3 vols.).

BRUN, Bernard; LEMONNIER, Pierre; RAISON, Jean-Pierre; RONCAYOLO, Marcel. Ambiente. In: ROMANO, Ruggiero (Dir.). Enciclopédia **Einaudi (Região)**, vol. 8). [Lisboa:] Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1986, p. 11-36.

BUCAILLE, Richard; PESEZ, Jean-Marie. Cultura Material. In: ROMANO, Ruggiero (Dir.) Enciclopédia **Einaudi. (Homo – Domesticação – Cultura Material)**, vol. 16). [Lisboa:] Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1986, p. 11-47.

CANDIDO, Antonio. **Os Parceiros do Rio Bonito**. Estudo sobre o caipira e a transformação dos seus meios de vida. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1964.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História: Ensaio de Teoria e Metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

COSTA, Cléria Botelho da. A escuta do outro: os dilemas da interpretação. **História Oral**, v. 17, n. 2, p. 47-67, jul./dez. 2014,

CRESSWELL, Robert. Técnica. In: ROMANO, Ruggiero (Dir.). Enciclopédia **Einaudi. (Homo – Domesticação – Cultura Material)**, vol. 16). [Lisboa:] Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1986, p. 329-352.

GARRIDO, Joan del Alcàzar i. As fontes orais na pesquisa histórica: uma contribuição ao debate. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 13, nº 25/26, set. 92/ago. 93, p. 33-35,

HARDMAN, Francisco Foot; LEONARDI, Victor. **História da indústria e do trabalho no Brasil: das origens aos anos vinte**. São Paulo: Global, 1982.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). **Diagnóstico socioeconômico do Território Norte Pioneiro**. Curitiba: IPARDES, 2007.

MACEDO, Arlei Benedito. Recursos minerais não-metálicos. **Estudos Avançados**. 12 (33), 1998, p. 67-87.

MARTINS, José de Souza. **A Imigração e a crise do Brasil Agrário**. São Paulo: Pioneira, 1973.

_____. **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e História na modernidade anômala**. São Paulo: HUCITEC, 2000.

MASSEI, Roberto. **A construção da Usina Hidrelétrica Barra Bonita e a relação homem-natureza**: vozes dissonantes, interesses contraditórios – (1940-1970). Tese (Doutorado em História Social). São Paulo: PUC, 2007.

_____. Argila: a difícil relação com a natureza. In: MARTINEZ, Paulo Henrique (Org.). **História Ambiental Paulista**: Temas, Métodos e Fontes. São Paulo: Editora SENAC, 2007, p. 227-243.

_____. **As inovações tecnológicas e o ocaso do oleiro**. A mecanização das olarias em Ourinhos – 1950-1990. Dissertação (Mestrado em História Social). São Paulo: PUC, 2001.

_____. Tecnologia, o ofício do oleiro e a cultura material. **História & Perspectivas**. n° 27/28, jul./dez. 2002 – jan./jun. 2003. Uberlândia, MG: Instituto de História/Universidade Federal de Uberlândia, p. 481-501.

MECHI, Andréa; SANCHES, Djalma Luiz. Impactos ambientais da mineração em São Paulo. **Estudos Avançados**. São Paulo, 24 (68), 2010, p. 209-220.

MENESES, Ulpiano Toledo B. de. Fontes visuais, cultura visual, História visual. Balanço provisório, propostas cautelares. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 23, n° 45, 2003, p. 11-36.

MINEROPAR. Serviços Geológicos do Paraná. **O setor da cerâmica vermelha no Paraná**. Curitiba: IPARDES, 1997.

_____. **Diagnóstico preliminar dos impactos ambientais da mineração no Paraná**. Curitiba: [MINEROPAR/Governo do Paraná], 2001.

_____. **Formalização da Indústria de Cerâmica Vermelha na Região Metropolitana de Curitiba e Norte do Paraná**. (Relatório final). Curitiba: [MINEROPAR/Governo do Paraná], 2007.

_____. **Reavaliação das atividades do Pró-cerâmica**. Curitiba: [MINEROPAR/Governo do Paraná], 2013.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. Tradução Ary França; Raul de Andrade Silva. São Paulo: HUCITEC/POLIS, 1984.

MONTENEGRO, Antonio T. **História oral e memória**: a cultura popular revisitada. São Paulo: Contexto, 1993.

PADIS, Pedro Calil. **Formação de uma economia periférica**: o caso do Paraná. São Paulo/Curitiba: HUCITEC/Sec. de Cultura e Esportes – Paraná, 1981.

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. **Estudos Avançados**. 24 (68), São Paulo, p. 81-101, 2010.

PAULA, Zueleide Casagrande de. A Relação Antagonista entre Homem e Natureza no Processo de Colonização (Re)Ocupação do Norte Paranaense. In: ARRUDA, Gilmar (Org.). **Natureza, Fronteiras e Territórios: imagens e narrativas**. Londrina, PR: EDUEL, 2005, p. 279-312.

PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Tempo**, RJ, v. 1, n° 2, 1996, p. 59-72.

_____. **Ensaio de História Oral**. Tradução Fernando Luiz Cássio; Rodrigo Santiago. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

PRIORI, Angelo et al. **História do Paraná: séculos XIX e XX**. Maringá, PR: EDUEM, 2012.

REDE, Marcelo. História e Cultura Material. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 133-150.

REIS, José Cezar dos. **Olarias: espaço de subsunção formal ou real?** Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2002.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: HUCITEC, 1996.

STIPP, Nilza Aparecida Feres (Org.). **Macrozoneamento ambiental da bacia hidrográfica do rio Tibagi (PR)**. Londrina, PR: UEL, 2000.

_____. **Sociedade, natureza e meio ambiente no norte do Paraná: a porção inferior da bacia hidrográfica do rio Tibagi**. Londrina, PR: UEL, 2000.

TAKEDA, Marcos; BRITO, Cleuber Moraes. O desmantelamento do setor oleiro e ceramista do Município de Jataizinho – PR: sua trajetória, os novos desafios e perspectivas futuras. In: STIPP, Nilza A. F. (Org.). **Análise Ambiental em Ciências da Terra**. Londrina, PR: Humanidades, 2007, p. 195-210.

THOMPSON, Edward P. **A miséria da teoria; ou um planetário de erros**. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

_____. **Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. Tradução Rosaura Eichenberg. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

TOMAZI, Nelson Dácio. **“Norte do Paraná”**: Histórias e Fantasmagorias. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2000.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura**. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

_____. **Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade**. Tradução Sandra Guardini Vasconcelos. São Paulo: Boitempo, 2007.

WORSTER, Donald. Para fazer História Ambiental. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 4, nº 8, 1991, p. 198-215.